

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	247.176	279.099	309.484
1.01	Ativo Circulante	118.071	115.661	105.906
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.246	12.979	2.628
1.01.03	Contas a Receber	25.221	25.300	38.025
1.01.04	Estoques	49.755	53.042	34.485
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.691	1.974	1.567
1.01.07	Despesas Antecipadas	112	124	162
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.046	22.242	29.039
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	27.046	22.242	29.039
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - conta reserva	15.840	11.103	9.210
1.01.08.01.02	Adiantamento a fornecedores	11.206	11.139	19.829
1.02	Ativo Não Circulante	129.105	163.438	203.578
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.648	36.624	36.604
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	36.271	36.271	36.272
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	36.271	36.271	36.272
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	377	353	332
1.02.03	Imobilizado	92.457	126.814	166.974
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	85.510	124.711	163.791
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.947	2.103	3.183

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	247.176	279.099	309.484
2.01	Passivo Circulante	105.987	115.051	232.615
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.350	1.152	1.167
2.01.02	Fornecedores	22.153	36.658	37.111
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.912	2.431	3.158
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.560	2.064	2.805
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	352	367	353
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	76.230	73.686	190.745
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.918	9.951	146.226
2.01.04.02	Debêntures	63.855	62.032	42.926
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.457	1.703	1.593
2.01.05	Outras Obrigações	1.342	1.124	434
2.01.05.02	Outros	1.342	1.124	434
2.01.05.02.04	Pesquisa e desenvolvimento	1.342	1.124	434
2.02	Passivo Não Circulante	897.377	918.949	789.083
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	832.815	816.971	685.876
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	139.461	139.059	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	139.461	139.059	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	693.354	677.912	685.876
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil a pagar	5.951	1.703	3.187
2.02.01.03.02	Debêntures	687.403	676.209	682.689
2.02.02	Outras Obrigações	64.562	101.978	103.207
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	45.925	52.680	50.207
2.02.02.02	Outros	18.637	49.298	53.000
2.02.02.02.03	Fornecedores	5.153	12.289	19.038
2.02.02.02.05	Pesquisa e desenvolvimento	13.484	37.009	33.962
2.03	Patrimônio Líquido	-756.188	-754.901	-712.214
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047	171.047

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-927.235	-925.948	-883.261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	175.378	191.953	170.884
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-100.053	-122.888	-113.420
3.03	Resultado Bruto	75.325	69.065	57.464
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	22.412	-5.269	-8.016
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.840	-5.429	-8.219
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.252	160	203
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	97.737	63.796	49.448
3.06	Resultado Financeiro	-96.538	-108.751	-161.075
3.06.01	Receitas Financeiras	3.895	1.701	3.788
3.06.02	Despesas Financeiras	-100.433	-110.452	-164.863
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.199	-44.955	-111.627
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-218	0	0
3.08.01	Corrente	-218	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	981	-44.955	-111.627
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	981	-44.955	-111.627
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,05	-1,63	-4,27

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	981	-44.955	-111.627
4.03	Resultado Abrangente do Período	981	-44.955	-111.627

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.164	12.265	2.696
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	141.158	92.495	79.749
6.01.01.01	Prejuízo antes do IR e da CS	981	-44.955	-111.627
6.01.01.02	Atualização de empréstimos	14.538	15.339	12.558
6.01.01.03	Atualização de debêntures	75.017	73.017	130.876
6.01.01.04	Atualização de arrendamento	810	307	838
6.01.01.07	Provisão para pesquisa & Desenvolvimento	1.769	1.945	1.718
6.01.01.08	Encargos Financeiros sobre P&D	4.825	4.051	3.722
6.01.01.11	Amortização do custo de transação das debêntures	2.511	2.397	1.539
6.01.01.12	Depreciação e amortização	39.342	39.314	39.262
6.01.01.14	Amortização arrendamento	1.365	1.080	863
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-128.994	-80.337	-77.053
6.01.02.01	Contas a receber	79	12.725	-16.952
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.717	-407	-221
6.01.02.03	Estoques	3.287	-18.557	-6.311
6.01.02.04	Depositos vinculados - conta reserva	-4.737	-1.893	2.690
6.01.02.05	Despesas antecipadas	12	38	18
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-67	8.690	-1.434
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-24	-21	-32
6.01.02.09	Obrigações tributárias	1.263	-727	-1.622
6.01.02.10	Fornecedores	-21.641	-7.202	4.305
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	1.198	-15	156
6.01.02.12	Pesquisa e desenvolvimento	-29.901	-2.259	-1.065
6.01.02.14	Pagamento de debêntures (juros)	-66.561	-60.627	-56.581
6.01.02.15	Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	-13.169	-12.555	0
6.01.02.17	Partes relacionadas - serviços compartilhados	2.984	2.473	2.330
6.01.02.19	Custo transação debêntures	0	0	-2.334
6.01.03	Outros	0	107	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.880	-233	-56
6.02.01	Compra de imobilizado	-141	-234	-83
6.02.03	Recebimento de empréstimo com partes relacionadas	0	1	0
6.02.04	Transferência Imobilizado	0	0	27
6.02.05	Partes relacionadas	-9.739	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.017	-1.681	-1.614
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-3.017	-1.681	-1.614
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-733	10.351	1.026
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.979	2.628	1.602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.246	12.979	2.628

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-925.948	0	-754.901
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-2.268	0	-2.268
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-928.216	0	-757.169
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	981	0	981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	981	0	981
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-927.235	0	-756.188

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-883.261	0	-712.214
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-883.261	0	-712.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-42.687	0	-42.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-42.687	0	-42.687
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-925.948	0	-754.901

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-771.634	0	-600.587
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-771.634	0	-600.587
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-111.627	0	-111.627
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-111.627	0	-111.627
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-883.261	0	-712.214

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	196.072	214.484	190.960
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	196.072	214.479	190.956
7.01.02	Outras Receitas	0	5	4
7.01.02.01	Outras Receitas	0	5	4
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-37.274	-61.151	-50.451
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.479	-46.372	-31.693
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.795	-14.779	-18.758
7.03	Valor Adicionado Bruto	158.798	153.333	140.509
7.04	Retenções	-40.706	-40.393	-40.124
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.706	-40.393	-40.124
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	118.092	112.940	100.385
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.135	1.701	3.788
7.06.02	Receitas Financeiras	4.135	1.701	3.788
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	122.227	114.641	104.173
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	122.227	114.641	104.173
7.08.01	Pessoal	14.321	11.639	10.473
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.626	7.986	7.362
7.08.01.02	Benefícios	3.043	3.089	2.589
7.08.01.03	F.G.T.S.	652	564	522
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-7.831	20.250	17.260
7.08.02.01	Federais	-7.831	20.250	17.260
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	114.756	127.707	188.067
7.08.03.01	Juros	100.427	110.452	164.863
7.08.03.02	Aluguéis	14.329	17.255	23.204
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	981	-44.955	-111.627
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	981	-44.955	-111.627

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia” ou “Pernambuco III”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do Exercício (em R\$ mil)

	2025	2024	Δ %
Receita operacional líquida	175.378	191.953	-9%
Lucro Bruto	75.325	69.065	9%
<i>Margem bruta</i>	43%	36%	07 p.p.
EBITDA	138.225	104.189	33%
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	981	(44.955)	-102%

Desempenho Operacional

O ano de 2025 a Companhia apresentou geração demandada pelo ONS de 4.312 MWh (*) (33.385 MWh (*) no ano de 2024). Em relação à disponibilidade das unidades geradoras, a Pernambuco III encerrou 2025 com 100% de disponibilidade, estando assim com seus 23 motores disponíveis para geração.

O ano de 2025 a Pernambuco III consumiu de seus estoques de HFO para geração, 966.359 Kg, equivalente a R\$ 3.376, para atender aos despachos de energia no período. Em relação ao óleo diesel LFO, a Companhia adquiriu o montante de R\$ 1.259, equivalente a 260 mil litros e consumiu de seus estoques 247 mil litros, para aquecimento das caldeiras auxiliares que mantém a usina aquecida para casos de solicitação de geração de energia.

(*) Informação não financeira não auditada

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

No ano de 2025, a gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Pernambuco III seguiu engajada no aprimoramento de seus processos encerrando o ano com 50 dias sem acidentes com afastamento. A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada na usina.

Compliance

A Administração da Companhia conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

Jurídico / Regulatório

A Companhia possui liminar judicial vigente que suspende a cobrança de penalidades pela ANEEL e CCEE. No entanto, tendo em vista o caráter precário da liminar, o órgão regulador segue apurando as penalidades, as quais, se aplicadas, não há viabilidade de pagamento diante do fluxo de caixa da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia seguiu atuando de forma tempestiva para manter a liminar em vigor, porém, diante da precariedade desta, a classificação de risco de perda é possível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro

	2025	2024	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	196.072	214.479	(18.407)	-9%
Receita operacional líquida	175.378	191.953	(16.575)	-9%
(-) Custo operacionais	(100.053)	(122.888)	22.835	-19%
Lucro Bruto	75.325	69.065	6.260	9%
Margem bruta	43%	36%		07 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(5.840)	(5.429)	(411)	8%
Outras (despesas) e receitas	28.252	160	28.092	18%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	97.737	63.796	33.941	53%
Receitas financeiras	3.895	1.701	2.194	129%
Despesas financeiras	(100.433)	(110.452)	10.019	-9%
Resultado financeiro líquido	(96.538)	(108.751)	12.213	-11%
Prejuízo antes do IR e CS	1.199	(44.955)	46.154	-103%
Imposto de renda e contribuição social	(218)	-	(218)	0%
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	981	(44.955)	45.936	-102%

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o ano de 2025 com receita operacional bruta de R\$ 196.072, versus a R\$ 214.479 em 2024, uma redução de R\$ (18.407) ou -9%, decorrente dos seguintes fatores: (i) com aumento de R\$ 8.720 na parcela da receita fixa, decorrente do reajuste anual no preço de energia pelo IPCA; e (ii) redução de R\$ (26.937) ou -89% na receita variável decorrente da redução de demanda por despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em 2025.

	2025	2024	Δ R\$	Δ %
Fixa	192.635	183.915	8.720	5%
Variável	3.436	30.373	(26.937)	-89%
Energia de curto prazo MCP	1	191	(190)	-99%
Receita operacional bruta	196.072	214.479	(18.407)	-9%

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o ano de 2025 em R\$ 175.378 versus R\$ 191.953, em 2024, uma redução de R\$ (16.575) -9%, o qual ocorreu principalmente pela variação negativa

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

na receita variável, já que sofreu impacto decorrente de menos demanda por despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

	2025	2024	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	196.072	214.479	(18.407)	-9%
(-) Deduções s/ Receita	(20.694)	(22.526)	1.832	-8%
(-) Pis/Cofins	(18.137)	(19.829)	1.692	-9%
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(1.769)	(1.946)	177	-9%
(-) Encargos setoriais	(788)	(751)	(37)	5%
Receita operacional líquida	175.378	191.953	(16.575)	-9%

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com os custos operacionais no patamar de R\$ (100.053), uma redução de R\$ (22.835) ou - 19% frente ao montante de R\$ (122.888) registrado em 2024. Essa variação se deve as reduções ocorridas nas rubricas de custos da Companhia, sendo a mais relevante: (i) redução de combustível de R\$ (20.165) para fazer frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional (SIN) no total de 4.312 MWh no período; e (ii) redução de aluguéis de tanques R\$(2.412).

Despesas Gerais e Administrativas

A rubrica de despesa gerais e administrativas da Companhia registrou uma variação de R\$ 410 entre os exercícios (R\$ 5.839 em 2025 ante R\$ 5.429 em 2024), atribuível principalmente ao aumento de R\$ 232 na rubrica de pessoal e administradores e 91 referentes a rubrica de serviços de terceiros.

Resultado Financeiro Líquido

A rubrica de resultado financeiro líquido da Companhia registrou uma variação positiva de R\$ 12.213 entre os exercícios, sendo o montante de R\$ (96.538) em 2025 vs R\$ (108.751) em 2024. O principal fator foram as reduções no montante de R\$ 6.396, referentes as despesas de juros, multas, variação monetária e amortização do custo das debêntures, sendo o montante de R\$ (77.274) vs R\$(75.414) em 2025.

EBITDA

Em 2025 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 138.225 versus R\$ 104.189 em 2024, uma variação nominal positiva de R\$ 34.036 ou 33% entre os exercícios. O impacto no EBITDA da Companhia se dá, principalmente em razão de redução das receitas variáveis nos períodos, devido a menos demanda por despachos ordenados pelo (ONS).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA	2025	2024	Δ R\$	Δ %
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	981	(44.955)	45.936	-102%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	96.538	108.751	(12.213)	-11%
(+) depreciação, amortização e exaustão	40.706	40.393	313	1%
EBITDA	138.225	104.189	34.036	33%
Margem EBITDA	79%	54%		25 p.p.

Endividamento

A Companhia encerrou o ano de 2025 com um endividamento bruto consolidado, no valor de R\$ 901.637, montante 2% maior ao saldo registrado em dezembro de 2024 de R\$ 889.519.

O saldo de empréstimos e debêntures em 2025 apresentou uma variação nominal de R\$ 12.118 em relação a 2024. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou 2025 com um saldo de R\$12.246 versus R\$ 12.979 em 2024, uma variação nominal de R\$ (733), resultando em uma dívida líquida no exercício de 2025 de R\$ 889.391.

A alavancagem da Companhia atingiu 6x, calculado através da razão entre a dívida líquida pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

	31.12.2025	31.12.2024	Δ R\$	Δ %
(+) Total de disponibilidades	12.246	12.979	(733)	-6%
Caixa	338	55	283	515%
Aplicações Financeiras	11.908	12.924	(1.016)	-8%
(-) Total de empréstimos e debêntures	(901.637)	(889.519)	(12.118)	1%
(=) Disponibilidades (dívida) líquida	(889.391)	(876.540)	(12.851)	1%

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 751.258 (R\$ 740.509 em 31 de dezembro de 2024), sendo contabilizado no passivo circulante R\$ 63.855 e R\$ 687.403 no passivo não circulante (em 31 de dezembro de 2024 no passivo circulante R\$ 62.032 e R\$ 678.477 no passivo não circulante).

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures da Companhia ocorrido em 01 de setembro de 2017 e a reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures.

Empréstimos

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário nº 1011161000005600 (CCB), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda. (Across) para reestruturação da CCB. Não alterando o Termo do fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A (Escritura de Emissão).

Em 18 de junho de 2024, a Companhia foi comunicada pela Spesi sobre a cessão de crédito entre Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizado Multissetorial (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nº 101.116.100.005.600 em 08.03.2024 (Termo Repactuação CCB).

Para fins de reestruturação do Crédito segue-se os mesmos parâmetros adotados na renegociação das Debêntures, as Partes acordam que o Crédito será nesta data, desdobrado em 03 (três) partes segregadas e autônomas, a seguir denominadas “Tranche A”, “Tranche B” e “Tranche C”, respectivamente (em conjunto, as “Tranches”), as quais serão pagas segundo critérios distintos.

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Termelétrica Pernambuco III S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e com a opinião expressa no parecer de auditoria da BDO Brasil Auditores Independentes.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explanar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III S.A. e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM nº 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica.

A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8,73 MW (*) cada, totalizando 200,79 MW (*) de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A., Companhia controlada indireta pela Bolognesi Energia S.A.

No exercício de 2025, a Companhia fez frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional ("SIN") no total de 4.312 MWh (*) (33.385 MWh (*) em 2024).

(*) Informação não financeira não auditada.

a) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 11.235 e (negativo R\$ (2.906), em 31 de dezembro de 2024), prejuízos acumulados de R\$ 927.235 (R\$ 928.216, em 31 de dezembro de 2024) patrimônio líquido (passivo a descoberto) de R\$ 756.188 (R\$ 757.169 em 31 de dezembro de 2024), em virtude do saldo das debêntures, obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

Para garantir a continuidade operacional da Companhia, foram implementados: refinanciamento de dívidas; execução de plano de redução de custos operacionais; otimização de quadros funcionais em posições-chave; negociações e discussões, em âmbito judicial ou não, com órgãos reguladores no sentido de obter reequilíbrio econômico-financeiro do ativo. A Administração acredita que terá sucesso nestas ações e que os fluxos de caixa futuros serão suficientes para garantir a continuidade operacional, o cumprimento das obrigações com credores e remunerar seus acionistas.

b) Processo de arbitragem – Reorganização Financeira Multiner S.A.

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi celebrou contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias da Companhia. Na mesma data, firmou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. ("Contrato de Reorganização").

Em dezembro de 2017, foi instaurado procedimento arbitral com o objetivo de dirimir controvérsias societárias relacionadas às obrigações previstas no Contrato de Reorganização, figurando como Requerentes Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, e como requeridos o FIP Multiner e seus cotistas. Dentre os pedidos formulados, incluiu-se a declaração de inexigibilidade de determinadas dívidas assumidas pelos Requerentes.

Em abril de 2022, foi proferida sentença arbitral final e definitiva, sob sigilo, determinando, em síntese, o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo:

(i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas de Crédito Bancário – CCBs) e mútuos existentes entre a Companhia e partes relacionadas, até que sejam compensados entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma acordada entre as partes; e

(ii) a obrigação de realização de aportes de capital na Companhia por parte de Bolognesi e Brasilterm Energia, nos termos previstos contratualmente.

Em agosto de 2022, as partes celebraram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, comprometendo-se a: (i) não praticar quaisquer atos judiciais, arbitrais ou extrajudiciais visando discutir ou exigir o cumprimento da sentença arbitral durante sua vigência; e (ii) envidar melhores esforços para alcançar solução definitiva das controvérsias.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2024, em decorrência da sentença arbitral e do referido Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para o passivo não circulante o montante de R\$ 302.132, referente a obrigações financeiras relacionadas a debêntures conversíveis e CCBs conversíveis, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 1.4 e 8.1(b).

Em Assembleia Geral de Cotistas do Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, foi aprovada a celebração de Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças com o Grupo Bolognesi, visando ao encerramento das relações societárias, creditícias e de qualquer outra natureza existentes no âmbito dos grupos Multiner e Mesa.

Em 11 de abril de 2024, Bolognesi e FIP Multiner celebraram o referido Instrumento de Transação, com o objetivo de viabilizar solução extrajudicial e estruturar o desinvestimento do FIP na Multiner, estabelecendo a suspensão de quaisquer demandas pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. O FIP contratou assessores jurídicos, técnicos e financeiros para condução da transação. Em 08 de janeiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2025, foram celebrados aditivos ao Instrumento de Transação, prorrogando o prazo do Termo de Compromisso até 1º de março de 2025, com vistas ao encerramento integral das relações societárias e creditícias entre as partes, bem como de todas as demandas judiciais ou extrajudiciais existentes ou potenciais.

Em 17 de setembro de 2025, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária de cotistas do FIP, cujo encerramento ocorreu em 02 de fevereiro de 2026, tendo sido aprovada a alienação da totalidade das ações objeto à Compradora, bem como autorizada a celebração do respectivo Contrato. Em 12 de fevereiro de 2026, a Brasilterm Energia S.A. ("Compradora") celebrou com o Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Vendedor") o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, com condição precedente, tendo como intervenientes anuentes Multiner S.A., Mesa Participações S.A., Bolognesi Energia S.A., Ronaldo Marcellio Bolognesi e Hidrotérmica S.A. O Vendedor era titular de:

- (a) 3.788.360 ações ordinárias, 311.344 ações preferenciais classe A e 6.532.211 ações preferenciais classe B de emissão da Multiner, representativas de 72,22% do capital social total; e
- (b) 1 ação ordinária de emissão da Mesa, correspondente à totalidade de sua participação naquela sociedade.

O Contrato prevê que com o Fechamento da Operação extingue, em definitivo, a possibilidade de exigência da obrigação de aporte pela Bolognesi e Brasilterm Energia determinada nos termos da sentença arbitral, mediante subscrição e integralização de novas ações da Multiner, dos seguintes valores:

(i) R\$ 100.000 (cem milhões de reais), corrigidos pelo IPCA desde 28 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2016 e, a partir de então, pela taxa SELIC; e

(ii) R\$ 125.921 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e vinte e um mil reais), corrigidos pelo IPCA desde 28 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2021 e, posteriormente, pela taxa SELIC.

Sujeito à satisfação da Condição Precedente, nos termos previstos no referido Contrato, o preço total, final e fixo de aquisição da totalidade das Ações Objeto do Contrato foi de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), a ser pago na Data de Fechamento, sendo:

(i) R\$ 119.999 a título de aquisição das ações da Multiner; e

(ii) R\$ 1.000 a título de aquisição da ação da Mesa.

Em 11 de março de 2026, foi publicado o Despacho da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) nº 278, Ato de Concentração nº 08700.001507/2026-42, aprovando, sem restrições, a operação de venda das ações da Multiner e da Mesa, detidas pelo FIP MULTINER, para a Brasilterm Energia. O fechamento da operação, com a transferência das ações e o pagamento, está previsto para ocorrer dia 27 de março de 2026.

c) Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em conformidade com a Lei nº 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, composto por um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e de controle, com o objetivo de fortalecer as boas práticas de governança corporativa e assegurar a adequada conformidade dos processos internos. Essas iniciativas visam, ainda, aprimorar a eficiência na prevenção e no combate a fraudes. Com esse propósito, ao final de 2016 foi instituída a área de Compliance, que se reporta diretamente à Alta Administração da Companhia. Essa área é responsável pela supervisão das atividades de controle, pela avaliação de sua eficácia, pela aplicação de testes nos controles internos, pela condução do processo de auditoria interna, bem como pelo acompanhamento das ações de remediação relacionadas às não conformidades e fragilidades identificadas.

A Companhia, por sua vez, mantém um processo contínuo de atualização de suas políticas, bem como o estabelecimento e o aperfeiçoamento de rotinas de controle dos processos e de normas gerais que regem o funcionamento de suas diversas atividades. Essas iniciativas têm como objetivo definir claramente os objetivos de controle, avaliar a efetividade da estrutura de controles implementada e assegurar sua adequada operacionalidade. Sempre atenta às oportunidades de aprimoramento de seus processos, a Companhia vem fortalecendo a supervisão do relacionamento com fornecedores, por meio da adoção de procedimentos de análise prévia e critérios de avaliação, visando mitigar riscos e assegurar maior conformidade e transparência nas relações comerciais. Adicionalmente, a Companhia vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar

irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os *stakeholders*, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

A Companhia também conta, desde abril de 2020, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia, ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2026.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

c) Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica, na condição de produtor independente, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as demonstrações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises.

d) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

e) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos e armazenamento.

g) Imobilizado**i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

A depreciação é calculada com base na vida útil estimada dos bens. Considerando que a Companhia espera utilizar os ativos enquanto houver contrato de venda de energia de longo prazo - PPA, a vida útil estimada está limitada a 2027, quando se encerra esse contrato.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

h) Provisão para pesquisa e desenvolvimento

Os encargos destinados a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") estão estabelecidos na Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, e regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. O P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), afim de custear os estudos e pesquisas de planejamento e expansão do sistema energético, bem como, os estudos de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais elétricos.

i) Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

j) Partes relacionadas

Referem-se a operações com partes relacionadas decorrentes principalmente de suporte financeiro recebido pela Companhia em decorrência de sua baixa liquidez ou estoque em poder de terceiros (Nota Explicativa nº 9).

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2025, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está inserida no regime tributável Lucro Real, desta forma, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (conforme Nota Explicativa no 19.2).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados por meio de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia por um determinado período, geralmente por vários anos. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos de energia reserva (receita fixa) e sob demanda da ONS (receita variável). A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

m) Impostos sobre receita

As receitas de vendas estão sujeitas a 1,65% de PIS - Programa de Integração Social e a 7,6% de Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

n) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2025:

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, destacamos as alterações a seguir:

- CPC 02 (IAS 21) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Principal alteração: falta de permutabilidade).

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas revisadas e emitidas e ainda não adotadas:

- CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade; e
- CBPS 02 - Divulgações Relacionadas Ao Clima.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, novas normas revisadas e emitidas e ainda não adotadas:

- CPC 48 (IFRS 21) - Instrumentos Financeiros (Principal alteração: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros);

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, novas normas revisadas e emitidas e ainda não adotadas:

- CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação de divulgação nas Demonstrações Financeiras (Principal alteração: Aprimorar a estrutura da Demonstração do Resultado (DRE) e a transparência das demonstrações financeiras);

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir das suas vigências.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Reforma Tributária

Em 14 de janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227, que regulamenta o Projeto de Lei nº 108 de 2024, que promoveu alterações na Lei Complementar nº 214/2025 e instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS).

Com a consolidação das novas legislações, a Lei Complementar nº 214/2025 e a Lei Complementar nº 227/2026, foi criado o arcabouço legislativo necessário para implementação da Reforma Tributária, iniciada através da Emenda Constitucional nº 132/2023.

A nova legislação consolida cinco tributos existentes (Pis, Cofins, ICMS, ISS e, em parte o IPI) em dois novos tributos: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), além de criar o IS (Imposto Seletivo) que incidirá sobre operações específicas com bens e serviços que podem ser consideradas prejudiciais a saúde e ao meio ambiente.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão.

A Companhia informa que já iniciou os testes dos documentos fiscais, conforme instrução e prazos contidos das Notas Técnicas já publicadas. Informa ainda, que aguarda a publicação dos regulamentos para adequação completa do seu sistema interno de informação (ERP) para apuração dos novos tributos e, planeja ao longo do ano de 2026 a implementação da revisão dos contratos com clientes e fornecedores para adequação dos impactos que ocorrerão, bem como, treinamento interno dos colaboradores da Companhia para informar os impactos e as mudanças que ocorrerão, a partir do ano de 2027.

2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 10)

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de “*impairment*” dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado.

b) Reconhecimento de provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 17)

A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

2.2 Reapresentação

A Administração da Companhia procedeu a reapresentação das informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações dos resultados abrangentes e demonstrações do valor adicionado) em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes e apresentações contábeis identificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 relacionados a: (a) Depósitos vinculados - contas reserva (Nota Explicativa nº 7); e (b) Debêntures (Nota Explicativa nº

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14), para melhor apresentação dos saldos comparativos.

A citada reapresentação está sendo efetuada como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A seguir, a representação de saldo de Depósitos vinculados - contas reserva (Nota °7) e Debêntures (Nota °14), em cada uma das demonstrações financeiras:

(a) Balanço Patrimonial

Balanço patrimonial	Anteriormente apresentado		Reapresentado
	01.01.2025	Ajustes	01.01.2025
Ativos circulates			
Depósitos vinculados - contas reserva	11.103	(3.516,00)	7.587
Total de ativos circulates	115.661	(3.516,00)	7.587
Depósitos vinculados - contas reserva	-	3.516,00	3.516
Total de ativos não circulates	163.438	3.516,00	3.516
Total de ativos	279.099	-	279.099
Total de passivos circulates	115.051	-	115.051
Debêntures	676.209	2.268,00	678.477
Total de passivos não circulates	918.949	-	918.949
Prejuízos acumulados	(754.901)	(2.268,00)	(757.169)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(754.901)	-	(754.901)
Total de passivos	279.099	-	279.099

(b) Demonstração do resultado do exercício:

Demonstração do resultado	Anteriormente apresentado		Reapresentado
	01.01.2025	Ajustes	01.01.2025
Receita operacional líquida	191.953	-	191.953
Lucro bruto	69.065	-	69.065
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.269)	-	(5.269)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	63.796	-	63.796
Despesas financeiras	(108.184)	(2.268,00)	(110.452)
Resultado financeiro, líquido	(106.483)	(2.268,00)	(108.751)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e de contribuição social	(42.687)	(2.268,00)	(44.955)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(42.905)	(2.268,00)	(45.173)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em reais)	(1,64)	(0,09)	(1,73)

(c) Demonstração do resultado abrangente:

Demonstração do resultado abrangente	Anteriormente apresentado		Reapresentado
	01.01.2025	Ajustes	01.01.2025
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(42.687)	(2.268)	(44.955)
Resultado abrangente total	(42.687)	(2.268)	(44.955)

(d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	171.047	(883.261)	(712.214)
Prejuízo do exercício (Originalmente apresentado)	(42.687)	-	(42.687)
Ajuste de Exercícios anteriores	-	(2.268)	(2.268)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	128.360	(885.529)	(757.169)

(e) Demonstrações dos fluxos de caixa:

Demonstração dos fluxos de caixa	Anteriormente apresentado		Reapresentado
	01.01.2025	Ajustes	01.01.2025
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo antes do IR e da CS	(42.687)	-	(44.955)
Atualização de debêntures	70.749	2.268	73.017
Redução (aumento) nos ativos e Aumento (redução) nos passivos	64.433	-	64.433
Resultado reconciliado	92.495	2.268	92.495
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(80.230)	-	(80.230)
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de investimentos	(233)	-	(233)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(1.681)	-	(1.681)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.351	-	10.351
Saldo no início do exercício	2.628	-	2.628
Saldo no final do exercício	12.979	-	12.979
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.351	-	10.351

(f) Demonstrações do valor adicionado:

	Anteriormente apresentado		Reapresentado
	01.01.2025	Ajustes	01.01.2025
Receitas	214.484	-	214.484
Insumos adquiridos de terceiros	(61.151)	-	(61.151)
Valor adicionado bruto	153.333	-	153.333
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	112.940	-	112.940
Valor adicionado recebido em transferência	1.701	-	1.701
Valor adicionado a distribuir	114.641	-	114.641
Valor adicionado distribuído	114.641	-	114.641
Pessoal	11.639	-	11.639
Tributos	20.250	-	20.250
Remuneração de capitais de terceiros	125.439	2.268	127.707
Despesas financeiras	108.184	2.268	110.452
Remuneração de capitais próprios	(42.687)	-	(44.955)
Prejuízo do exercício	(42.687)	-	(44.955)



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Bancos - conta corrente	338	55
Aplicações financeiras (i)	11.908	12.924
Total	12.246	12.979

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 100,63% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100,51% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

4. Contas a receber

	31.12.2025	31.12.2024
Suprimento de energia (i)	25.221	25.300
Total	25.221	25.300
Circulante	25.221	25.300

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 25.221 (R\$ 25.300 em 31 de dezembro de 2024), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (parcela de receita variável). Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos.

O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

5. Tributos a recuperar

	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ	531	355
IRRF (i)	729	730
CSLL	80	157
PIS/COFINS (ii)	2.351	732
Total	3.691	1.974

- (i) Refere-se a retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira; e
- (ii) Refere-se créditos tributários relativos à compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	31.12.2025	31.12.2024
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>) (i)	39.895	43.145
Peças para manutenção	9.664	9.701
Estoque de peças em poder de terceiros	196	196
Total	49.755	53.042

- (i) Refere-se a óleo combustível HFO ("*Heavy Fuel Oil*") que é utilizado nos motores da operação de geração de energia.

7. Depósitos vinculados - contas reserva

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava, em seu balanço patrimonial, o montante de R\$ 15.840 (R\$ 11.103 em 31 de dezembro de 2024) registrado na rubrica de depósitos vinculados, classificado entre ativo circulante e não circulante. Do total, R\$ 11.937 (R\$ 7.587 em 31 de dezembro de 2024) referem-se ao curto prazo e R\$ 3.903 (R\$ 3.516 em 31 de dezembro de 2024) ao longo prazo. Referidos valores permanecem segregados de caixa e equivalentes de caixa, em razão de não apresentarem liquidez imediata.

A estrutura das contas é a seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Conta centralizadora (a)	6.708	7.582
Conta reserva garantia (ONS) (b)	3.903	3.516
Conta escrow (BP North) (c)	5.229	5
Total	15.840	11.103
Circulante	11.937	7.587
Não circulante	3.903	3.516

(a) Conta centralizadora

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 17 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 09 de agosto de 2018, em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD") a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora na seguinte proporção:

- i) 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- ii) 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas;

No exercício de 2025, o referido acordo permaneceu válido, conforme renegociação amigável junto aos credores, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD") ocorrida em exercícios anteriores.

(b) Conta reserva garantia (ONS)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém depositado em conta reserva o montante de R\$ 3.903 (R\$ 3.516 em 31 de dezembro de 2024). O saldo refere-se ao contrato garantia junto à ONS das obrigações

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

decorrentes de pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST no 055/2011, a qual o Banco Industrial do Brasil S.A. figura como fiador e principal pagador, solidariamente com a Companhia. Dessa forma, o Banco Industrial do Brasil, na hipótese de inadimplimento de qualquer das obrigações assumidas pela Companhia referente ao contrato mencionado, deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite de R\$ 3.453, dentro do prazo de 48 horas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata.

Com o objetivo de aprimorar a adequada apresentação dos saldos nas demonstrações contábeis, a Companhia reclassificou, no exercício corrente, o montante de R\$ 3.903 (R\$ 3.516 em 31 de dezembro de 2024), referente ao contrato de garantia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), para o ativo não circulante. A referida reclassificação decorre da revisão das expectativas de realização do saldo, que passaram a indicar prazo superior a 12 meses.

(c) Conta escrow BP North

Refere-se à conta escrow administrada pela BP North em garantia da aquisição de óleo combustível importado R\$ 5.229 em 31 de dezembro de 2025 e (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024).

8. Adiantamento a fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamento a funcionários	143	71
Adiantamento a fornecedores (i)	11.063	11.068
Total	11.206	11.139

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto de R\$ 11.063 é formado principalmente por: R\$ 5.578 referente à garantia do frete na aquisição de óleo combustível importado e R\$ 4.771, referente à garantia na aquisição de combustível importado, ambos com o fornecedor BP North.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

	31.12.2025			31.12.2024		
	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo
Estoques de terceiros em nosso poder						
Borborema Energética S.A. (i)	205	-	-	205	-	-
	205	-	-	205	-	-
Partes relacionadas						
Autódromo Energética S.A. (ii) e (iii)	-	861	217	-	861	216
Ben Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. (ii)	94	-	-	94	-	-
Boa Fé Energética S.A. (iii)	-	213	-	-	1.940	-
Bolognesi Energia S.A. (ii)	-	-	6.060	-	-	6.060
Borborema Energética S.A. (i) e (iii)	16.227	53	2.963	16.227	294	2.963
Brasilterm Energia S.A. (ii)	-	-	54	-	-	54
Central Energética Palmeiras S.A. (iv)	19.475	-	-	19.475	-	-
Companhia Energética Rio da Prata (ii)	230	-	-	230	-	-
Criúva Energética S.A. (iii)	-	486	-	-	368	-
Da Ilha Energética S.A. (ii) e (iii)	-	554	9	-	3.197	9
Flame Nova Aratu S.A. (iii)	-	23	-	-	23	-
Hidrotermica Comercializadora S.A. (iii)	-	151	-	-	151	-
Hidrotérmica S.A. (ii) e (iii)	245	104	-	245	1.213	-
Maracanaú Geradora de Energia S.A. (iii)	-	102	-	-	602	-
Multiner S.A. (v)	-	-	33.126	-	-	33.126
São Paulo Energética S.A. (ii) e (iii)	-	236	6	-	171	6
Serra Verde Energética S.A. (ii)	-	-	26	-	-	26
Serrana Energética S.A. (iii)	-	564	-	-	414	-
Vêneto Energética S.A. (ii) e (iii)	-	111	6	-	980	6
	36.271	3.458	42.467	36.271	10.214	42.466
Fornecedores						
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (vi)	-	-	2.099	-	-	2.099
	-	-	2.099	-	-	2.099
Total	36.476	3.458	44.566	36.476	10.214	44.565

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-	3.458	-	10.214
Empréstimos	36.271	42.467	36.271	42.466
Saldo final	36.271	45.925	36.271	52.680

Movimentação de partes relacionadas:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2024	36.271	52.680
Pagamento de serviços compartilhados	-	(9.739)
Apropriação de serviços compartilhados	-	2.984
Saldo em 31.12.2025	36.271	45.925

- (i) A Companhia possui saldo de estoque (R\$ 16.227) que se refere a óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A. bem como empréstimos de peças (R\$ 205). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material;
- (ii) A Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros;
- (iii) Serviços compartilhados: a Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas em 2021;
- (iv) O saldo ativo com a coligada Central Energética Palmeiras S.A. refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17. Em fevereiro de 2021, a coligada saldou parcialmente o saldo em aberto no montante de R\$ 3.700;
- (v) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido à Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara Ciesp), conforme Nota Explicativa nº 1 (b) – “Processo de arbitragem – Reorganização Financeira”; e
- (vi) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.

Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a Administração está avaliando o melhor momento para liquidar os saldos ativos e passivos entre partes relacionadas

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia, e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi pago o montante de R\$ 166 (R\$ 252 em 31 de dezembro de 2024) referente as despesas com Administradores e Conselho de Administração, esse montante refere-se integralmente a remuneração fixa, encargos e benefícios (Plano de Saúde, Odontológico e Seguro de Vida).

10. Imobilizado

a) Composição do saldo

		31.12.2025			31.12.2024
Itens	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,13%	35.656	(29.865)	5.791	8.690
Máquinas e equipamentos	8,80%	414.210	(341.652)	72.558	108.847
Móveis e utensílios	9,49%	137	(109)	28	41
Total imobilizado em serviço		450.003	(371.626)	78.377	117.578
Usinas - imobilizado em curso					
Material em depósito		7.133	-	7.133	7.133
Total imobilizado em curso		7.133	-	7.133	7.133
Total do Imobilizado		457.136	(371.626)	85.510	124.711

b) Mutação do Imobilizado

	31.12.2024	Adições	Depreciação	31.12.2025
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.690	-	(2.899)	5.791
Máquinas e equipamentos	108.847	141	(36.430)	72.558
Móveis e utensílios	41	-	(13)	28
Total imobilizado em serviço	117.578	141	(39.342)	78.377
Material em depósito	7.133	-	-	7.133
Total imobilizado em curso	7.133	-	-	7.133
Total do Imobilizado	124.711	141	(39.342)	85.510

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement* (PPA).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01 (R1) / (IAS 36), para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*).

As premissas gerais adotadas foram:

- **Data-base da avaliação:** 31 de dezembro de 2025;
- **Metodologia:** método da renda - fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- **Período de projeção:** de 1º janeiro de 2026 até o final do período do *Power Purchase Agreement* - PPA (31/12/2027);
- **Moeda de projeção:** os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Taxa de desconto:** calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 9,26% para a Companhia;
- **Ajustes:** ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou durante o exercício fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data base das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2) / (IFRS 16), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses;
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde está localizada a usina.

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são:

	Ativo	
	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	2.103	3.183
Novo contrato	8.220	-
Atualização	1.266	-
Baixa de arrendamento	(3.277)	-
Amortização	(1.365)	(1.080)
Saldo final	6.947	2.103

	Passivo	
	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	3.406	4.780
Novo contrato	8.220	-
Variação Monetária	810	307
Baixa de arrendamento	(3.277)	-
Pagamento	(1.751)	(1.681)
Saldo final	7.408	3.406
Circulante	1.457	1.703
Não Circulante	5.951	1.703

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 13,25% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo por 71 meses, ou seja, prazo findo em 31 de dezembro de 2030.

Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia e a arrendatária celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento de Imóvel Rural, Consolidação e outras Avenças dos terrenos onde está instalada a Usina Termelétrica Pernambuco III. As partes sucederam os direitos e obrigações advindos dos Instrumentos Particulares de Arrendamento datados de 30 de novembro de 2010 e 18 de janeiro de 2019. O novo Instrumento substitui integralmente e consolida todos os instrumentos anteriores de arrendamento firmados entre as partes e o prazo do arrendamento se inicia na data de assinatura do presente contrato, quando substitui plenamente os contratos originais, permanecendo vigente até 31 de dezembro de 2044.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia poderá resilir antecipadamente o contrato, sem qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza até o dia 31 de dezembro de 2030, mediante notificação por escrito, com no mínimo, 30 dias de antecedência.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento.

O fluxo de pagamento em 31 de dezembro de 2025, são conforme segue:

	Fluxo Contratado	Taxa de desconto % a.a.	Até 1 ano	2 anos	3 anos	Acima 4 anos
Passivo de arrendamento	7.408	13,25%	1.457	1.224	1.442	3.285

12. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (NE nº 9)	2.099	2.099
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	284	6
Encargo de uso do sistema de transmissão	1.596	1.850
Materiais e serviços (i)	23.327	44.992
Total	27.306	48.947
Circulante	19.099	36.658
Não circulante	8.207	12.289

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores a seguir:

- Em 01 de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$ 48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15/01/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo em aberto é de R\$12.214 (R\$ 18.340 em 31 de dezembro de 2024).
- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo em aberto é de R\$ 10.688 (R\$ 10.671 em 31 de dezembro de 2024).

13. Obrigações tributárias

	31.12.2025	31.12.2024
IRRF	1.132	1.132
ICMS	352	367
PIS e COFINS s/faturamento	1.479	5
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	33	57
Outros tributos	916	870
Total	3.912	2.431



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Debêntures	752.470	744.232
Custo de transação	(1.212)	(3.723)
Total de debêntures	751.258	740.509
Circulante	63.855	62.032
Não circulante	687.403	678.477

Em 15 novembro de 2013, a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição de R\$ 300.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, nominativas e escriturais, em 4 séries de R\$ 75.000 cada, totalizando R\$ 300.000 na data da emissão.

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: **(i)** cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; **(ii)** alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e **(iii)** alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Em Assembleia Geral de Debenturistas instalada e suspensa em 05 de setembro, 03 de outubro, 18 de outubro e 10 de novembro de 2023, e reaberta e encerrada em 12 de dezembro de 2023 às 14 horas e 30 minutos, os debenturistas representando 91,07% (noventa e um inteiros e sete centésimos por cento) das debêntures em circulação por unanimidade, deliberaram pela aprovação da sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado da Emissão, ocorrido em 1º de setembro de 2017.

Características das debêntures reestruturadas

A reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures, seguem conforme quadro a seguir:

Descrição	Tranche	Vencimento	Remuneração	Amortização
Primeira Série	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar / set)
	1-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Segunda Série	2-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun / dez)
	2-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	2-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Terceira Série	3-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun / dez)
	3-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	3-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Quarta Série	4-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar / set)
	4-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	4-C	31/12/2060	TR	No vencimento

As novas taxas de remuneração foram aplicadas a contar da data de assinatura dos aditivos contratuais.

Nos termos do acordo, as garantias para cada tranche foram estabelecidas da seguinte forma:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Tranches A e B, mantiveram as garantias originais da emissão e adicionalmente foi constituída uma nova garantia para a Tranche C sobre 30% dos direitos Líquidos da Ação Aneel.
- Constituição de caixa mínimo no valor de R\$ 15.000 mil;
- Cash Sweep dos valores acima do R\$ 15.000 mil aferidos e pagos semestralmente, a partir da composição do caixa mínimo.

Movimentação de debêntures:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	740.509	725.615
Pagamento de juros com conta reserva	(66.561)	(60.627)
Apropriação juros e multa	41.317	41.143
Atualização de debêntures	33.482	31.874
Custo de transação	-	107
Amortização de custo de transação	2.511	2.397
Saldo final	751.258	740.509

Saldo de debêntures por tranche:

31.12.2025				
Tranche	A	B	C	Total
1a série	34.855	129.983	75	164.913
2a série	32.763	164.011	75	196.849
3a série	31.348	160.854	75	192.277
4a série	42.545	155.811	75	198.431
	141.511	610.659	300	752.470

31.12.2024				
Tranche	A	B	C	Total
1a série	45.319	118.099	75	163.493
2a série	45.376	149.281	75	194.732
3a série	43.416	146.387	75	189.878
4a série	55.317	140.737	75	196.129
	189.428	554.504	300	744.232

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	31.12.2025	31.12.2024
		Saldo Devedor	Saldo Devedor
Spesi	69.521	150.379	149.010
		150.379	149.010
Circulante		10.918	9.951
Não circulante		139.461	139.059

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Tranche	Valor Original	Data Contratação	Modalidade	Remuneração	Valor Repactuado	Início	Término	31.12.2025			31.12.2024		
									Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Spesi	1-A		28/10/16	Capital Giro	IPCA + 6,40% a.a.	43.019	29/02/2024	31/03/2028	46	20	26	16	3	13
Spesi	1-B	69.521	28/10/16	Capital Giro	IPCA + 5% a.a.	107.055	29/02/2024	31/12/2072	1	-	1	1	-	1
Spesi	1-C		28/10/16	Capital Giro	TR	1	29/02/2024	31/12/2060	1	-	1	1	-	1

Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios no 854800360950.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A (Cedente) e Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito no 687614 (101116100005600).

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário no 1011161000005600 (CCB), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda. (Across) para reestruturação da CCB. Não alterando o Termo do fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1a (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A (Escritura de Emissão).



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, em linha com o disposto na cláusula 6.28.1, XVIII da Escritura de Emissão, a Across peticionou, em conjunto a Emissora, informando a desistência da ação monitória no 1142126-81.2022.8.26.0100, atualmente em trâmite perante a 38ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, a qual tinha a finalidade de cobrar o crédito da CCB e estava suspenso para tentativa de acordo entre as partes.

Em 18 de junho de 2024, a Companhia foi comunicada pela Spesi sobre a cessão de crédito entre Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cedente) e Spesi I Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizado multissetorial (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário no 101.116.100.005.600 em 08.03.2024 (Termo Repactuação CCB).

Reestruturação da dívida

Para fins de reestruturação do Crédito segue-se os mesmos parâmetros adotados na renegociação das Debêntures, as Partes acordam que o Crédito será nesta data, desdobrado em 03 (três) partes segregadas e autônomas, a seguir denominadas "Tranche A", "Tranche B" e "Tranche C", respectivamente (em conjunto, as Tranches), as quais serão pagas segundo critérios distintos, estabelecidos a seguir:

Descrição	Tranche	Vencimento	Remuneração	Amortização
Tranche	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Mensal (início maio)
	1-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento

Descrição	Tranche	Curto prazo	Longo prazo	Total
Tranche	1-A	10.918	12.939	23.857
	1-B	-	126.521	126.521
	1-C	-	1	1
		10.918	139.461	150.379

Movimentação de empréstimos e financiamentos:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	149.010	146.226
Pagamento	(13.169)	(12.555)
Apropriação juros e multa	7.621	10.383
Atualização de empréstimos	6.917	4.956
Saldo final	150.379	149.010

Garantias e cláusulas restritivas:

Como garantia da operação com o Spesi, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos:

- avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelio Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda.; e
- cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Pesquisa e desenvolvimento

	FNDCT	MME	P&D	TOTAL
Saldo em 31.12.2024	16.855	8.427	12.851	38.133
Provisão	706	355	708	1.769
Juros	2.077	1.038	-	3.115
Multa	42	21	-	63
Atualização monetária	-	-	1.647	1.647
Reversões (i)	(18.834)	(9.418)	-	(28.252)
Pagamentos	(778)	(359)	(512)	(1.649)
Saldo em 31.12.2025	68	64	14.694	14.826

Refere-se a encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei no 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas no 316, de 2008, e no 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

- (i) A Companhia procedeu com a reversão de R\$ 28.252 dos saldos registrados a título de FNDCT e MME, considerando a extinção do direito de constituição do crédito tributário pela Fazenda Pública em razão do decurso do prazo decadencial de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional.

17. Provisão para passivos contingentes

Os passivos contingentes existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- i) **Perda provável** – são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%;

- ii) **Perda possível** – são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota.

A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%.

a) Causas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ações classificadas como de perda provável.

b) Causas possíveis

A Companhia possui ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando a seguir:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2025	31.12.2024
Regulatório (i)	611.851	557.371
Tributário (ii)	13.061	11.609
Cível (iii)	1.447	460
Trabalhista (iv)	1.006	-
Total	627.365	569.440

- (i) A Companhia ajuizou em 2015 ação em face da ANEEL, para assegurar à empresa o direito ao equilíbrio econômico-financeiro de outorga de geração de energia termelétrica, diante do acionamento da usina acima da previsão do edital e suspensão de penalidades pela entrega de energia a menor até que seja promovido o reequilíbrio econômico e financeiro. Os pedidos foram julgados improcedentes em 2018, com reforma no TRF, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para produção de prova pericial, com embargos de declaração da Aneel pendente de julgamento. A classificação de risco em 31 de dezembro de 2025 é possível no valor de R\$ 496.912 (R\$442.305, em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia ajuizou em 2017 ação contra a Aneel visando suspender a exigibilidade dos débitos imputados à PIII nas liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica ou na apuração da receita de venda dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, seguinte e futuras, ocorridas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – oriundos de indisponibilidade da usina, apurada em base horária e não conforme a média dos 60 (sessenta) meses anteriores, nos exatos termos da Resolução Normativa n. 169/2005 (substituída pela Resolução Normativa n. 614/2014), bem como sejam suspensos quaisquer ônus, encargos ou penalidades decorrentes dessa contabilização. A sentença foi favorável à PIII, proferida em dezembro de 2019, com recurso de apelação da Aneel pendente de julgamento pelo TRF. A classificação de risco em 31 de dezembro de 2025 é possível no valor de R\$ 114.939 (R\$ 115.066 em 31 de dezembro de 2024).

- (ii) Atualmente, a Companhia possui 04 (quatro) processos administrativos de natureza tributária, com valor em risco de R\$ 13.061 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 11.609 em 31 de dezembro de 2024), relacionado por suposta insuficiência de recolhimento atinentes ao PIS e COFINS; e a utilização indevida de créditos atinentes ao PIS e COFINS, pela suposta exclusão da base de cálculo das referidas contribuições receitas atinentes a Notas Fiscais de venda de energia elétrica.
- (iii) Atualmente, a Companhia possui 02 (dois) processos judiciais de natureza cível, com valor em risco de R\$ 1.447 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 460 em 31 de dezembro de 2024), ambos relacionados com a discussão de honorários contratuais, supostamente devidos em decorrência de obtenção de benefício fiscal.
- (iv) Atualmente, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista, com valor em risco de R\$ 1.006 em 31 de dezembro de 2025, cuja discussão versa sobre estabilidade CIPA e adicional de periculosidade.

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes a 15% do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa Participações S.A. na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2025		31.12.2024	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

b) Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo do exercício	(1.287)	(42.687)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	<u>(0,05)</u>	<u>(1,63)</u>

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

19.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - não reconhecidos.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2025, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de R\$ 877.464 (R\$ 876.158 em 31 de dezembro de 2024) referente ao prejuízo fiscal e R\$ 877.464 (R\$ 876.158 em 31 de dezembro de 2024) referente à base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

19.2 Imposto de renda e contribuição social correntes.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Resultado antes dos impostos:		
- Empresas do lucro real com resultado tributável	1.199	-
- Empresas do lucro real com resultado não tributável	<u>-</u>	<u>(44.955)</u>
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	2.295	-
Constituição ou Compensação de Prejuízos Fiscais Exercícios Anteriores	(2.635)	-
Ajuste de Inventário	<u>(12)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>847</u>	<u>(44.955)</u>
Imposto de Renda 15%	127	-
Imposto de Renda 10% adicional	61	-
Benefício Fiscal - SUDENE	(46)	-
Contribuição Social 9%	<u>76</u>	<u>-</u>
IRPJ e CSLL correntes	<u>218</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva - %	18,18%	0,00%

20. Receita operacional líquida

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita operacional bruta		
Fixa (i)	192.635	183.915
Variável (ii)	3.436	30.373
Energia de curto prazo MCP	<u>1</u>	<u>191</u>
Total receita operacional bruta	<u>196.072</u>	<u>214.479</u>
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(18.137)	(19.829)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.769)	(1.946)
Encargos setoriais	<u>(788)</u>	<u>(751)</u>
	<u>(20.694)</u>	<u>(22.526)</u>
Total receita operacional líquida	<u>175.378</u>	<u>191.953</u>

(i) A variação é decorrente da atualização pelo IPCA;

(ii) A variação apresentada na receita variável entre períodos, refere-se a menor necessidade de despacho ordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). No período a Companhia disponibilizou o equivalente a 4.312 MWh (*) (33.385 MWh (*) em 31 de dezembro de 2024) (Vide Nota Explicativa nº 1).

(*) Informação não financeira não-auditada.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custos operacionais

	31.12.2025	31.12.2024
Compra Energia MCP (i)	(697)	(169)
Encargo de uso do sistema de transmissão (ii)	(18.327)	(18.777)
Pessoal (iii)	(13.175)	(10.408)
Combustíveis e lubrificantes (iv)	(4.585)	(24.750)
Materiais (v)	(2.739)	(4.654)
Serviços de terceiros	(4.316)	(5.160)
Aluguéis (vi)	(13.256)	(15.668)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(704)	(1.286)
Depreciação e amortização	(40.706)	(40.393)
Seguros	(1.325)	(1.486)
Outros	(223)	(137)
Total de custos	(100.053)	(122.888)

- (i) A compra de energia MCP refere-se comercialização de energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE;
- (ii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (iii) A variação na rubrica ocorreu em razão da reestruturação da equipe técnica da Usina e dos quadros de funcionais;
- (iv) O custo com combustíveis e lubrificantes refere-se à aquisição de combustível para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia, o qual a Companhia disponibilizou 4.312 MWh ^(*) em 2025 comparado a 33.385 MWh ^(*) em 2024 (vide Nota Explicativa nº 1);
- (v) A variação na rubrica se deu em razão da utilização de materiais para correções de quebras pontuais em 2024;
- (vi) A variação refere-se, principalmente, a readequação pontual do contrato de armazenamento dos aluguéis de tanques de combustíveis.

(*) Informação não financeira não-auditada.

22. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Gerais e administrativas

	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	(3.731)	(3.499)
Serviços de terceiros	(1.691)	(1.600)
Seguros	(88)	(115)
Outros	(330)	(215)
Total de despesas	(5.840)	(5.429)

b) Outras receitas (despesas)

	31.12.2025	31.12.2024
Recuperação de outras despesas (i)	28.252	155
Outras receitas	-	5
Total de outras receitas (despesas), líquidas	28.252	160

- (i) A Companhia procedeu com a reversão de R\$ 28.252 dos saldos registrados a título de FNDCT e MME, considerando a extinção do direito de constituição do crédito tributário pela Fazenda Pública em razão do decurso do prazo decadencial de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, da Código Tributário Nacional.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro, líquido

	31.12.2025	31.12.2024
Receita sobre aplicação financeira (i)	2.451	1.379
Juros sobre depósitos judiciais	11	20
Descontos obtidos	-	8
Variação cambial ativa (ii)	1.433	190
Variação monetária ativa	-	104
Total de receitas financeiras	3.895	1.701
Juros e multas das debêntures (iii)	(41.317)	(41.143)
Variação monetária debêntures (iii)	(33.446)	(31.874)
Amortização do custo das debêntures (iii)	(2.511)	(2.397)
Juros de financiamentos (iv)	(7.619)	(10.384)
Juros passivos	(8.299)	(8.176)
Variações monetárias passivas (v)	(6.932)	(6.748)
Multas	(69)	(294)
Working Capital (vi)	-	(9.161)
IOF	(240)	(275)
Total de despesas financeiras	(100.433)	(110.452)
Resultado financeiro líquido	(96.538)	(108.751)

- (i) Refere-se a rendimentos aplicação financeira. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 100,63% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100,51% do CDI em 31 de dezembro de 2024);
- (ii) Os valores apresentados de variação cambial ativa referem-se à atualização cambial de dívidas com fornecedores em moeda estrangeira;
- (iii) Os valores apresentados de juros, multas, variação monetária e amortização do custo das debêntures refere-se à atualização do indexador de amortização das debêntures de 6,40% a.a. + IPCA em 2025 (6,40% a.a. + IPCA em 2024);
- (iv) Refere-se à atualização do indexador do empréstimo da Spesi (vide Nota Explicativa nº 15);
- (v) Refere-se a atualização do novo Instrumento Particular de Arrendamento de Imóvel Rural, Consolidação e outras Avenças, dos terrenos onde está instalada a Usina; e
- (vi) Não há saldo na rubrica em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.161 em 31 de dezembro de 2024 refere-se a garantia na aquisição de combustível para geração de energia).

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			31.12.2025		31.12.2024	
	Mensuração	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	12.246	12.246	12.979	12.979
Contas a receber	Custo amortizado		25.221	25.221	25.300	25.300
Depósitos vinculados - contas reserv.	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	15.840	15.840	11.103	11.103
Partes relacionadas	Custo amortizado		36.271	36.271	36.271	36.271
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		27.306	27.306	36.658	36.658
Partes relacionadas	Custo amortizado		45.925	45.925	52.680	52.680
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado		150.379	158.998	149.010	161.260
Debêntures*	Custo amortizado		751.258	792.127	740.509	867.014

(*) Em 31 de dezembro de 2025, a saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 1.212 (R\$ 3.723 em 31 de dezembro de 2024).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Contábil		Valor Justo	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	12.246	12.979	12.246	12.979
Depósitos vinculados - contas reserva	15.840	11.103	15.840	11.103
Partes Relacionadas	36.271	36.271	36.271	36.271
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	150.379	149.010	158.998	161.260
Debêntures*	751.258	740.509	792.127	867.014
Partes relacionadas	45.925	52.680	45.925	52.680

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber: decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados - conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato.

	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo contratado</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Fornecedores	27.305	27.305	22.152	2.577	2.576	-
Empréstimos e Financiamentos	150.379	150.379	10.918	139.299	162	-
Debêntures	751.258	751.258	63.855	672.006	15.397	-
Financiamento por arrendamento mercantil	7.408	7.408	1.457	5.951	-	-

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2025.

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA e TJLP em 31 de dezembro de 2024. O cenário I considera



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2025

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA a taxa média de 9,51% (BM&F Bovespa) em 31 de dezembro de 2025. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

	31.12.2025				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures - Tranche A - IPCA + 6,40%					
Exposição Líquida IPCA	111.920	116.126	120.485	125.003	129.685
Impacto da variação	(8.565)	(4.359)		4.518	9.200
Debêntures - Tranche B - IPCA + 5,00%					
Exposição Líquida IPCA	654.361	662.791	671.338	680.005	688.792
Impacto da variação	(16.977)	(8.547)		8.667	17.454
Debêntures - Tranche C - TR					
Debêntures					
Exposição Líquida IPCA	300	304	304	304	308
Impacto da variação	(4)	-		-	4
CCB - Tranche A - IPCA + 6,40%					
Exposição Líquida CDI	14.088	14.088	14.088	14.088	14.088
Impacto da variação	-	-		-	-
CCB - Tranche B - IPCA + 5,00%					
Exposição Líquida CDI	73.033	109.550	144.910	182.583	219.100
Impacto da variação	(71.877)	(35.360)		37.673	74.190

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a *BP North America Petroleum* decorrente de *Demurrage* (sobre estadia) de óleo HFO. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros era a seguinte:

Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
Risco Operacional	HDI Seguros S.A.	17.01.2026 a 17.01.2027	1.405	120.000
Responsabilidade Civil Geral	Ezze Seguros S.A.	26.04.2025 a 26.04.2026	10	10.000
Responsabilidade Civil dos Administradores	Chubb Brasil S.A.	06.08.2025 a 06.08.2026	532	100.000

O escopo de trabalho de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração da Companhia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos subsequentes

26.1 Renovação contrato de seguro

Em 17 de janeiro de 2026, foi realizada a renovação da apólice de seguros de riscos operacionais, cuja nova vigência se estende até 17 de janeiro de 2027.

Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
Risco Operacional	HDI Seguros S.A.	17.01.2026 a 17.01.2027	1.405	120.000

26.3 Evento Subsequente

Em 12 de fevereiro de 2026, a Brasilterm Energia S.A. ("Compradora") celebrou com o Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Vendedor") o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, com condição precedente, tendo como intervenientes anuentes Multiner S.A., Mesa Participações S.A., Bolognesi Energia S.A., Ronaldo Marcellio Bolognesi e Hidrotérmica S.A.

O Vendedor era titular de:

(a) 3.788.360 ações ordinárias, 311.344 ações preferenciais classe A e 6.532.211 ações preferenciais classe B de emissão da Multiner, representativas de 72,22% do capital social total; e

(b) 1 ação ordinária de emissão da Mesa, correspondente à totalidade de sua participação naquela sociedade. O Contrato prevê que com o Fechamento da Operação extingue, em definitivo, a possibilidade de exigência da obrigação de aporte pela Bolognesi e Brasilterm Energia determinada nos termos da sentença arbitral, mediante subscrição e integralização de novas ações da Multiner, dos seguintes valores:

(i) R\$ 100.000 (cem milhões de reais), corrigidos pelo IPCA desde 28 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2016 e, a partir de então, pela taxa SELIC; e

(ii) R\$ 125.921 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e vinte e um mil reais), corrigidos pelo IPCA desde 28 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2021 e, posteriormente, pela taxa SELIC. Sujeito à satisfação da Condição Precedente, nos termos previstos no referido Contrato, o preço total, final e fixo de aquisição da totalidade das Ações Objeto do Contrato foi de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), a ser pago na Data de Fechamento, sendo:

(i) R\$ 119.999 a título de aquisição das ações da Multiner; e

(ii) R\$ 1.000 a título de aquisição da ação da Mesa.

Em 11 de março de 2026, foi publicado o Despacho da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) nº 278, Ato de Concentração nº 08700.001507/2026-42, aprovando, sem restrições, a operação de venda das ações da Multiner e da Mesa, detidas pelo FIP MULTINER, para a Brasilterm Energia. O fechamento da operação, com a transferência das ações e o pagamento, está previsto para ocorrer dia 27 de março de 2026.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
Igarassu – PE

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº1, que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado, em 31 de dezembro de 2025, um total de prejuízos de R\$ 927.235 mil, e naquela data, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 756.188 mil. A referida nota explicativa divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto à renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a Administração executar os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, descritos na nota explicativa 1.a, juntamente com outras informações divulgadas na referida nota explicativa, indicam existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 – “Imobilizado”, a Companhia possui montante significativo de ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 85.510 mil. Em 31 de dezembro de 2025, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável. Dessa forma, a Administração acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente o teste de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2025, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da Administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se as premissas utilizadas nessa avaliação de recuperabilidade eram razoáveis e se foram consideradas sobre práticas de mercado observáveis;
Revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas;
Avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparado pela Administração da Companhia, levando em conta seu

cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa;
Elaboramos uma análise de sensibilidade independente e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo;
Revisamos as notas explicativas e demais divulgações relacionadas ao teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados com vida útil definida.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 9, que descreve que a Companhia mantém transações com partes relacionadas, principalmente relacionadas a transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e custos administrativos, cujas condições são definidas entre as partes. Caso essas transações fossem realizadas com terceiros o desempenho da Companhia poderia ser diferente. Nossa opinião não é modificada em relação a esse assunto.

Divulgação de Passivos contingentes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, a qual descreve que existem processos judiciais e administrativos relevantes contra a Companhia. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para as referidas disputas por entender que o prognóstico de perda não é provável. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de: (i) reclassificação do saldo de depósitos vinculados – conta reserva ONS no montante de R\$ 3.516, originalmente classificado no ativo circulante, para o ativo não circulante; e (ii) reconhecimento de despesas com juros de debêntures no montante de R\$ 2.268 referente ao exercício de 2024; descritos na Nota Explicativa 2.2, foram conduzido sob a responsabilidade de outro auditor, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 27 de março de 2025. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2.2, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2024 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PE 001269/F-8

William Morton Ricardo
Contador CRC 1 SP 239058/O – S - PE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A, e que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 30 de março de 2026.

São Paulo, 31 de março de 2026

Gabriel Freitas Moreira da Silva
Diretor Presidente

Alberto de Pinho Novo Junior
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da BDO RCS Auditores Independentes S.S., emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Igarassu, 31 de março de 2026.

Alberto de Pinho Novo Junior
Diretor de Relações com Investidores

Gabriel Freitas Moreira da Silva
Diretor Presidente